

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
Atos do Prefeito

DECRETO Nº 11296/ 2013
Estabelece e delega competência para nomeação de servidores para ocupação de cargos em comissão, empregos de confiança e funções gratificadas.
O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º Compete exclusivamente ao Prefeito a nomeação e exoneração dos Secretários e Subsecretários Municipais, do Procurador Geral, dos Presidentes das entidades integrantes da Administração Municipal Indireta, bem como dos ocupantes dos cargos em comissão símbolo DG, de direção e de assessoramento.
Art. 2º Fica delegada ao Secretário Executivo a competência para nomear e exonerar os titulares de cargos em comissão de direção e assessoramento superior de todos os órgãos integrantes da Administração Pública Municipal Direta.
Art. 3º Aplicam-se as mesmas regras de competência dos artigos 1º e 2º deste Decreto à nomeação/designação para cargos, empregos ou funções de confiança da Administração Indireta, de simbologia equivalente às mencionadas em relação aos cargos em comissão e às funções gratificadas da Administração Direta.
Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013
Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11297/2013
Dispõe sobre o retorno aos órgãos e entidades de origem dos servidores municipais cedidos que menciona.
O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o retorno aos seus órgãos de origem dos servidores públicos municipais que estejam cedidos aos órgãos ou entidades da União, Estados ou Municípios, ou ainda a outros órgãos da Administração Direta ou entidade da Administração Indireta ou à Câmara Municipal do Município de Niterói.
Parágrafo único. Os servidores mencionados no *caput* deverão se apresentar à respectiva origem no âmbito do Executivo Municipal, no prazo de (30) trinta dias.
Art. 2º O descumprimento da norma contida no art. 1º implicará o cômputo de faltas ao serviço, que poderão redundar na instauração de processo administrativo disciplinar destinado à apuração do abandono de cargo.
Art. 3º À Secretaria Municipal de Administração compete a fiel observância e regulamentação do disposto neste Decreto.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013
Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11298/2013
Cria "quarentena" para ex-Presidente do NITPREV e Subsecretário de Controle e Finanças da Secretaria Municipal de Fazenda.
O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,
CONSIDERANDO que o Presidente da Autarquia Gestora da Previdência Pública Municipal - NITPREV e o Subsecretário de Controle e Finanças da Secretaria Municipal de Fazenda são ordenadores de vultosos volumes de recursos financeiros;
CONSIDERANDO que eventuais aplicações de recursos públicos em operações realizadas junto a instituições financeiras devem obediência às normas de prudência financeira estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2002) e na legislação editada pelo Conselho Monetário Nacional;
CONSIDERANDO que as atividades praticadas pelos referidos dirigentes merecem estar atreladas aos deveres éticos de lealdade à Administração Municipal, aos servidores públicos municipais e à população niteroiense;

DECRETA:

Art. 1º Fica vedado a ex-Presidente da Autarquia Gestora da Previdência Pública Municipal - NITPREV e a ex-Subsecretário de Controle e Finanças da Secretaria Municipal de Fazenda, nos 12 (doze) meses posteriores à respectiva exoneração, estabelecer qualquer tipo de vínculo profissional na qualidade de conselheiro, consultor ou encarregado de funções afins, de instituições financeiras com as quais, no exercício do cargo de confiança pretérito, tenham realizado direta ou indiretamente qualquer tipo de negócio ou operação financeira.
Parágrafo único. O ex-ocupante dos cargos em comissão de que trata o *caput* deste artigo que infringir a regra regulamentar poderá sofrer processo administrativo disciplinar, caso seja servidor público municipal, ou, em qualquer hipótese, ter o fato comunicado ao Ministério Público, se configurado ato de improbidade administrativa.
Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.
Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013
Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11299/2013
Dispõe sobre a revisão do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos.
O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,
CONSIDERANDO a necessidade de uniformização dos procedimentos formais e materiais relativos às alterações dos contratos celebrados pela Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO que, à luz dos princípios da boa administração, somente em hipóteses excepcionais devem ser modificados os termos do que foi previsto e pactuado pelo Ente Público;
CONSIDERANDO o disposto no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93;

DECRETA:

Art. 1º O reconhecimento das circunstâncias que autorizam a revisão do equilíbrio econômico-financeiro inicial dos contratos celebrados pela Administração Direta e Indireta ficará condicionado à aprovação da Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle e da Secretaria Municipal de Fazenda, ouvida a Procuradoria Geral do Município.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013
Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11300/2013
Dispõe sobre o estudo para fixar meta de desempenho para a realização de pregões eletrônicos para o exercício de 2013.
O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,

CONSIDERANDO a regulamentação da modalidade licitatória do pregão, instituída pela Medida Provisória 2.182-18/2001, depois convertida na Lei Federal nº 10.520/2002;
CONSIDERANDO, todavia, o reduzido número de pregões por meio eletrônico, em contraste com a significativa economia, de análises de documentos, de tempo gasto em procedimentos burocráticos e de recursos financeiros, que eles proporcionam;

DECRETA:

Art. 1º Será apresentado pela Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle e pela Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 60 (sessenta) dias, estudo para fixar meta de desempenho, a ser atingida pelo órgão competente da Secretaria Municipal de Administração e demais Órgãos e Entidades da Administração Indireta que contem com Pregoeiros e equipes de Apoio nomeados, para que o número de pregões realizados por meio eletrônico, no exercício de 2013, para a aquisição de bens e serviços comuns, alcance um percentual mínimo do total dos procedimentos licitatórios realizados.

Parágrafo Único. A fim de que a meta a ser fixada pelo estudo referido no *caput* deste artigo seja cumprida, o pregão eletrônico deverá, sempre que possível, preferir ao presencial.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013
Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11301/2013
Dispõe sobre atividades sistemáticas de controle por parte da Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle.
O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor;

DECRETA:

Art. 1º Até que seja implantado o exame preventivo baseado em análise de risco dos atos de empenho e liquidação de despesa, prorrogação e acréscimos contratuais, todos os termos aditivos dos órgãos da Administração Direta e Indireta que impliquem acréscimo de valor somente poderão ser celebrados após aprovação da Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle.

Parágrafo único. Não se aplicam ao *caput* deste artigo os reajustes já previstos contratualmente.

Art. 2º Até que seja apresentada a proposta de exame prevista no art. 1º, todos os atos de empenhamento e liquidação de despesas da Administração Direta, exceto pessoal, deverão ser submetidos à análise prévia por parte da Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013
Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11302/2013
Dispõe sobre avaliação dos contratos em vigor celebrados pela Administração Municipal Direta e Indireta.
O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,
CONSIDERANDO o inafastável princípio da eficiência administrativa, consagrado no art. 37, *caput*, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO ser imperioso o conhecimento sobre a real necessidade e conveniência da manutenção dos contratos vigentes no âmbito desta Municipalidade,
CONSIDERANDO haver sinais de que os atuais contratos celebrados pela Administração Pública Municipal comportam ajustamento de valores;

DECRETA:

Art. 1º Os Titulares das Secretarias e das Entidades da Administração Indireta deverão avaliar a necessidade de manutenção dos contratos e convênios em vigor e das condições pactuadas.

§1º Nos casos em que seja necessária a manutenção do fornecimento ou do serviço contratado, os contratos deverão ser renegociados, com vistas à obtenção de redução do montante ajustado, observadas as normas licitatórias incidentes na espécie, nos seguintes valores mínimos:

- I** – Empresa Municipal de Moradia Urbanização e Saneamento - EMUSA: redução de, no mínimo, R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), por ano, no valor dos contratos;
- II** – Companhia de Limpeza Urbana de Niterói – CLIN: redução de, no mínimo, R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) por ano, no valor dos contratos;
- III** – Administração Direta e demais Entidades da Administração Indireta: redução de, no mínimo R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) por ano, no valor dos contratos;

§ 2º Os ajustes a que se refere o parágrafo primeiro não poderá implicar prejuízo à prestação dos serviços públicos à população.

§ 3º O controle do valor total previsto no inciso III será feito pela Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle e será efetivado com a redução de, pelo menos, 20% do valor dos contratos celebrados pelo Município e pelas Entidades da Administração Indireta.

§ 4º Em caso de verificação de impossibilidade fática de se reduzir o valor dos contratos sem prejuízo da prestação de serviços à população, deverá ser o Prefeito comunicado, mediante justificativa devidamente fundamentada.

Art. 2º Os Titulares das Secretarias das Entidades da Administração Indireta deverão encaminhar à Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle no prazo de 60 (sessenta) dias, relatório contendo o resultado dos trabalhos indicados no art. 1º.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013
Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11303/2013
Condiciona a nomeação dos cargos e empregos de confiança que menciona à prévia aprovação do Secretário Executivo e do Procurador Geral do Município de Niterói.
O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI no uso de suas atribuições legais, e,
CONSIDERANDO a necessidade de boa gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos Órgãos e Entidades integrantes da estrutura da Administração Pública Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica condicionada à prévia aprovação do Secretário Executivo a nomeação, exoneração, designação e dispensa, pela autoridade competente, dos cargos em comissão, das funções gratificadas e dos empregos de confiança, da Administração Direta e Indireta, de:

- I** - Diretor de Finanças,
- II** - Diretor de Administração,
- III** - Gerente de Infraestrutura e Logística, e
- IV** - Presidente de Comissão e Licitação.

Parágrafo único. Eventuais discrepâncias quanto à nomenclatura dos cargos, empregos e funções enunciados nos incisos I a IV deste artigo - levadas em conta as atribuições que lhes são típicas - não infirmam a obrigatoriedade de observância ao preceituado no *caput*.

Art. 2º Ao Secretário Executivo caberá a indicação de servidores nos casos de nomeação, designação, exoneração e dispensa referentes a empregos ou funções de confiança,

cargos comissionados ou funções gratificadas, constantes da estrutura organizacional das áreas de Contabilidade e de Auditoria Interna das Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Art. 3º Ao Procurador Geral do Município cabe a aprovação da nomeação, exoneração, designação e dispensa, pela autoridade competente, dos cargos de diretores jurídicos ou similares da Administração Indireta.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013

Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11304/2013

Dispõe sobre a implantação de um novo modelo de planejamento estratégico e programação orçamentária baseado na definição de metas de resultado no âmbito do Poder Executivo Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,

CONSIDERANDO que uma administração pública responsável e transparente exige que o planejamento e a programação orçamentária do poder executivo sejam elaborados a partir da fixação de objetivos e metas que tenham impacto efetivo sobre a qualidade de vida da população e sobre o desenvolvimento sustentável da cidade,

CONSIDERANDO que toda ação do poder executivo municipal deve estar atrelada a conclusão de objetivos e metas previamente divulgados à sociedade,

CONSIDERANDO que a conclusão de objetivos e metas governamentais deve ser facilmente verificada pela sociedade,

CONSIDERANDO que o progresso do governo em relação a seus objetivos e metas deve ser monitorado pela sociedade ao longo do tempo mediante a divulgação de indicadores de desempenho,

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer uma clara vinculação entre as leis orçamentárias e os objetivos e metas do poder executivo municipal,

DECRETA:

Art. 1º A Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle deverá apresentar um Plano Estratégico para a Prefeitura, em até 180 (cento e oitenta) dias após a data de publicação deste decreto, prorrogáveis por mais 30 dias.

§ 1º O Plano Estratégico a que se refere o *caput* deste artigo deverá estabelecer no mínimo:

I - Os objetivos e metas quantitativas gerais a serem atingidos pela Prefeitura até o final de 2016;

II - Os objetivos e metas quantitativas setoriais a serem atingidos por cada órgão ou entidade da Administração Pública Municipal até o final de 2016;

III - Um conjunto de indicadores de desempenho cuja aferição periódica possa demonstrar o progresso da Prefeitura e de seus diversos órgãos e entidades em relação aos objetivos e metas estabelecidas;

IV - Os projetos, programas e investimentos prioritários que permitirão que a Prefeitura e seus diversos órgãos e entidades atinjam os objetivos e metas estabelecidas;

§ 2º Todos os objetivos e metas quantitativas estabelecidos no Plano Estratégico deverão ter impacto efetivo sobre as condições de vida da população e devem favorecer o desenvolvimento sustentável da cidade, observando, no mínimo, as diretrizes apresentadas na campanha eleitoral.

§ 3º A indicação de cada projeto, programa ou investimento prioritário do Plano Estratégico deverá conter:

I - Uma breve descrição do referido projeto, programa ou investimento;

II - Uma explicação sobre como o referido projeto, programa ou investimento favorece a conclusão de um ou mais objetivos e metas estabelecidas;

III - Uma indicação sobre o órgão, entidade ou comitê integrado de ação governamental responsável pela execução do referido projeto, programa ou investimento;

IV - Uma minuta do cronograma de atividades do referido projeto, programa ou investimento.

V - Uma estimativa do fluxo de caixa necessário para a execução do referido projeto, programa ou investimento;

§ 4º O Plano Estratégico deverá ser amplamente divulgado por meio eletrônico, pela mídia impressa, radiofônica e televisiva e publicada no Diário Oficial da Cidade no dia imediatamente seguinte ao término do prazo a que se refere o *caput* deste artigo.

§ 5º A Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle deverá promover, dentro de noventa dias após o término do prazo a que se refere este artigo, audiências públicas gerais, setoriais, e regionais sobre o Plano Estratégico para promover e aprofundar a democracia participativa.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle deverá supervisionar a elaboração do PPA e das leis orçamentárias de forma a garantir que os mesmos estejam vinculados a estratégia desenvolvida e incorporem os objetivos, metas, projetos, programas e investimentos contidos no Plano Estratégico em vigor.

Art. 3º Adicionalmente ao Plano Estratégico, a Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle deverá apresentar até o final do ano de 2013:

I - Um modelo para a elaboração do Plano Estratégico de quatro em quatro anos;

II - Um modelo formal para a revisão e atualização anual do Plano Estratégico;

III - Um novo modelo de elaboração do PPA vinculado à estratégia em vigor;

IV - Um novo modelo de elaboração das leis orçamentárias vinculado à estratégia em vigor de forma a garantir que os programas de trabalho, projetos, atividades ou ações governamentais apresentados pelos diversos órgãos e entidades da Administração Municipal sejam acompanhadas das metas a serem por eles alcançadas;

Art. 4º A partir de 2014, a Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle deverá apresentar à Câmara Municipal, um relatório de execução do Plano Estratégico, contendo os indicadores de desempenho mencionados no art. 1º deste decreto, o qual será disponibilizado integralmente por meio eletrônico e publicado no Diário Oficial da Cidade.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013

Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11305/2013

Dispõe sobre a implantação de um modelo de Gestão de Desempenho no âmbito do Poder Executivo Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,

CONSIDERANDO que uma administração pública responsável e transparente exige que seus gestores sejam avaliados e recompensados a partir de critérios objetivos,

CONSIDERANDO que toda ação do poder executivo municipal deve estar atrelada a conclusão de objetivos e metas previamente divulgados à sociedade,

CONSIDERANDO que a implantação de mecanismos de gestão de desempenho promove as boas práticas de eficiência administrativa e de eficácia nos gastos públicos,

DECRETA:

Art. 1º A Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle deverá apresentar ao Prefeito um modelo de gestão de desempenho baseado na

construção e no monitoramento de indicadores de performance que demonstrem a efetividade, a eficácia e a eficiência de cada órgão ou entidade da Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. Este Modelo de Gestão de Desempenho deverá, no mínimo:

I - garantir que os gestores de cada órgão ou entidade da Administração Pública Municipal sejam avaliados anualmente a partir de normas dirigidas a avaliações individuais de desempenho baseadas na aferição dos indicadores a que se refere o *caput* deste artigo;

II - determinar com clareza as penalidades e recompensas que os gestores públicos municipais poderão receber devido à evolução dos indicadores a que se refere o *caput* deste artigo vis-à-vis suas metas individuais;

III - definir as diretrizes para que as práticas de gestão de desempenho sejam disseminadas por todos os setores e níveis da administração pública municipal, visando à promoção da meritocracia como um de seus valores fundamentais;

IV - apresentar um cronograma referente à implantação de práticas de gestão de desempenho individuais no âmbito das Secretarias Municipais de Educação, Ciência e Tecnologia, de Saúde e de Ordem Pública.

Art. 2º O prazo para a apresentação do modelo de gestão por metas de desempenho é de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis por igual período.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013

Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11306/2013

Dispõe sobre a racionalização e eficiência do Sistema de Telefonia no âmbito do Poder Executivo Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,

CONSIDERANDO ser possível a substancial redução dos custos do serviço de telefonia, a partir de uma concepção global da sua utilização, à luz das vantagens e benefícios que poderão ser devidamente auferidos junto ao mercado;

DECRETA:

Art. 1º Cabe à Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle e à Secretaria Municipal de Administração apresentarem, dentro do prazo de 90 dias, proposta relativa à diminuição das despesas relativas aos serviços de telefonia utilizados pela Administração Direta e Indireta do Município de Niterói.

Art. 2º A proposta definida no art. 1º deve contemplar soluções que considerem a utilização total dos serviços de telefonia de curta distância, longa distância nacional e longa distância internacional, por todos os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013

Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11307/2013

Suspende a eficácia dos atos que criam despesa obrigatória de caráter continuado sem observância dos requisitos legais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,

CONSIDERANDO que, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), despesas correntes, derivadas de atos administrativos, que criem obrigações financeiras por dois períodos financeiros ou mais, devem obedecer aos requisitos legais nela estabelecidos, em especial, os do art. 16 e 17 do referido diploma legal;

CONSIDERANDO que, de acordo com o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), é vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20 do mencionado diploma legal, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito;

DECRETA:

Art. 1º Fica suspensa a eficácia dos atos praticados pelas autoridades municipais nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao término do antigo mandato que não tenham observado as exigências contidas nos artigos 16, 17, 21 e 42 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. A não comprovação ou a impossibilidade de observância às exigências mencionadas no *caput* deste artigo significarão a nulidade, de pleno direito, dos atos normativos que, por ora, só têm suspensas as respectivas eficácias.

Art. 2º À Secretaria Municipal de Administração caberá apresentar ao Prefeito, no prazo de 60 (sessenta) dias, relatório de todos os atos referidos no art. 1º e 2º deste Decreto, com respectiva análise quanto ao cumprimento, ou não, das exigências contidas na Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013

Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11308/2013

Instaura auditoria, sob a competência da Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle, da Secretaria Municipal de Administração e da Procuradoria Geral do Município para análise da legalidade das contratações diretas sem licitação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do principal pilar sobre o qual o Estado Democrático de Direito se sustenta, qual seja, o princípio da legalidade;

CONSIDERANDO que a observância à juridicidade administrativa implica respeito não só à lei, mas, também, aos demais princípios e regras típicos da Administração Pública, como a moralidade, a impessoalidade, a licitação e a competitividade, todos voltados à defesa do interesse público,

DECRETA:

Art. 1º Fica instaurada Auditoria, sob competência de Comissão composta por membros Secretaria de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle, da Secretaria Municipal de Administração e da Procuradoria Geral do Município, para verificar a legalidade das contratações diretas, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, realizadas pelos Órgãos e Entidades da Administração Municipal Direta e Indireta que estejam em vigor nesta data ou na iminência de formalização dos respectivos contratos.

Parágrafo único. Excluem-se da previsão do *caput* as contratações diretas, por dispensa, em decorrência do valor.

Art. 2º Os Titulares das Secretarias e os Dirigentes das Entidades da Administração Indireta deverão enviar relatório, em 10 (dez) dias, à Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle, acerca de todas as contratações que estejam em vigor ou na iminência de serem formalizadas, cujos contratantes não tenham sido selecionados pela via licitatória, com resumo das razões havidas para a dispensa ou inexigibilidade.

Art. 3º Caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Controle, nos 30 (trinta) dias posteriores ao esgotamento do prazo assinado no art. 2º deste Decreto, auditar as "contratações diretas" que tenham indícios de inobservância aos requisitos previstos em lei.

Parágrafo único. O resultado da Auditoria instaurada por este Decreto deverá ser encaminhado ao conhecimento do Prefeito, acompanhado das sugestões de medidas de controle necessárias.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013

Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11309/2013

Determina a avaliação de percentual máximo de servidores afastados do serviço por licenças especial, para trato de interesses particulares e por motivo de afastamento do cônjuge, sem que haja prejuízo ao serviço público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,

CONSIDERANDO a necessária otimização dos serviços públicos municipais, cujo alcance depende, entre outros fatores, da efetiva presença do servidor público;

CONSIDERANDO que todos os direitos dos servidores devem ser respeitados e mantidos em consonância com a imperativa continuidade dos serviços públicos;

CONSIDERANDO que o afastamento funcional em razão de licenças especiais, para o trato de interesses particulares e para acompanhar cônjuge depende de ato discricionário da Administração, conforme o princípio da razoabilidade;

CONSIDERANDO que, em muitas áreas, a eficiência na prestação dos serviços públicos municipais está comprometida pela carência de pessoal, o que exige o devido controle sobre os afastamentos de servidores;

DECRETA:

Art. 1º. A Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle e a Secretaria Municipal de Administração deverão elaborar avaliação sugerindo o percentual máximo de afastamentos de servidores municipais, nas hipóteses do gozo das licenças por motivo de afastamento do cônjuge, para trato de interesses particulares e especial, previstas, respectivamente, nos artigos 127, 129 e 130 da Lei Municipal nº 531/1985, em relação ao total de servidores de cada Secretaria Municipal ou entidade da Administração Indireta, sem que haja prejuízo ao serviço.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013

Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11310/2013

Dispõe sobre a proibição de nomeação de parentes para os cargos, empregos e funções públicas que menciona e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO a necessidade de preservação dos princípios da legalidade, da moralidade e da impessoalidade previstos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Súmula Vinculante nº 13/2008, do Supremo Tribunal Federal,

DECRETA:

Art. 1º Fica vedada a nomeação para cargos de provimento em comissão ou para funções de confiança, na Administração Pública Direta e Indireta, de pessoas:

- a) que sejam casadas na forma da lei civil com a autoridade nomeante; ou
- b) que sejam casadas na forma da lei civil com servidor público ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento na mesma pessoa jurídica (ente da federação ou entidade da administração indireta); ou
- c) que mantenham união estável na forma da lei civil com a autoridade nomeante; ou
- d) que mantenham união estável na forma da lei civil com servidor público ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento na mesma pessoa jurídica (ente da federação ou entidade da administração indireta); ou
- e) que sejam pais, avós ou bisavós da autoridade nomeante; ou
- f) que sejam pais, avós ou bisavós de servidor público ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento na mesma pessoa jurídica (ente da federação ou entidade da administração indireta); ou
- g) que sejam filhos, netos ou bisnetos da autoridade nomeante; ou
- h) que sejam filhos, netos ou bisnetos de servidor público ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento na mesma pessoa jurídica (ente da federação ou entidade da administração indireta); ou
- i) que sejam irmãos, tios ou sobrinhos da autoridade nomeante; ou
- j) que sejam irmãos, tios ou sobrinhos de servidor público ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento na mesma pessoa jurídica (ente da federação ou entidade da administração indireta); ou
- k) que sejam casadas ou mantenham união estável com pais, avós, bisavós, filhos, netos, bisnetos ou irmãos da autoridade nomeante; ou
- l) que sejam casadas ou mantenham união estável com pais, avós, bisavós, filhos, netos, bisnetos ou irmãos de servidor público ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento na mesma pessoa jurídica (ente da federação ou entidade da administração indireta); ou
- m) que sejam ex-cônjuge ou ex-companheiro dos pais, dos avós, dos bisavós, dos filhos, dos netos, dos bisnetos da autoridade nomeante; ou
- n) que sejam ex-cônjuge ou ex-companheiro dos pais, dos avós, dos bisavós, dos filhos, dos netos, ou dos bisnetos de servidor público ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento na mesma pessoa jurídica (ente da federação ou entidade da administração indireta); ou
- o) que sejam pais, avós, bisavós, filhos, netos, bisnetos ou irmãos do cônjuge ou companheiro da autoridade nomeante; ou
- p) que sejam pais, avós, bisavós, filhos, netos, bisnetos ou irmãos do cônjuge ou companheiro de servidor público ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento na mesma pessoa jurídica (ente da federação ou entidade da administração indireta); ou
- q) que sejam pais, avós, bisavós, filhos, netos ou bisnetos de ex-cônjuge ou ex-companheiro da autoridade nomeante; ou
- r) que sejam pais, avós, bisavós, filhos, netos ou bisnetos de ex-cônjuge ou ex-companheiro de servidor público ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento na mesma pessoa jurídica (ente da federação ou entidade da administração indireta).

Parágrafo Único. As vedações previstas no *caput* também se estendem às contratações temporárias para atendimento a necessidade temporária de excepcional interesse público e às contratações para estágio, salvo se a contratação for precedida de processo seletivo que assegure o princípio da isonomia entre os concorrentes.

Art. 2º O disposto no artigo 1º deste Decreto não se aplica em caso de nomeação para o cargo de Secretário Municipal.

Art. 3º Em caso de dúvida por parte de qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta no cumprimento deste Decreto, deve a autoridade pública suscitar questionamento à Secretaria Municipal de Administração, que, ouvida a Procuradoria-Geral do Município, submeterá a questão à decisão do Prefeito.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Administração elaborará Termo de Declaração que deverá ser firmado pelo servidor nomeado para cargo em comissão, bem como pelos que já se encontram nomeados na data da publicação deste decreto, manifestando sua ciência inequívoca dos termos do presente decreto.

Parágrafo Único. A declaração falsa ou a ausência de declaração ensejará a exoneração do servidor, bem como a adoção das providências para formalização de notícia crime perante a autoridade policial competente.

Art. 5º Ficam os órgãos da Administração Direta e Indireta obrigados a exonerar imediatamente qualquer funcionário que esteja exercendo cargo em desacordo com o disposto neste Decreto.

Art. 6º Não se incluem nas vedações deste Decreto as nomeações, designações ou contratações:

I - de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, bem como de empregados permanentes, inclusive aposentados, observada a compatibilidade do grau de escolaridade do cargo ou emprego de origem, ou a compatibilidade da atividade que lhe seja afeta e a complexidade inerente ao cargo em comissão ou função comissionada a ocupar, além da qualificação profissional do servidor ou empregado;

II - de pessoa, ainda que sem vinculação funcional com a administração pública, para a ocupação de cargo em comissão de nível hierárquico mais alto que o do agente público referido no art. 1º;

III - realizadas anteriormente ao início do vínculo familiar entre o agente público e o nomeado, designado ou contratado, desde que não se caracterize ajuste prévio para burlar a vedação do nepotismo; ou

IV - de pessoa já em exercício no mesmo órgão ou entidade antes do início do vínculo familiar com o agente público, para cargo, função ou emprego de nível hierárquico igual ou mais baixo que o anteriormente ocupado.

Parágrafo único. Em qualquer caso, é vedada a manutenção de familiar ocupante de cargo em comissão ou função de confiança sob subordinação direta do agente público.

Art. 7º É vedada também a contratação direta, sem licitação, por órgão ou entidade da administração pública de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito de cada órgão e de cada entidade, ressalvado o inciso III do artigo 6º.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013
Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11311/2013

Instaura auditoria para análise da legalidade das contratações e gastos incorridos pela Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento – EMUSA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do principal pilar sobre o qual o Estado Democrático de Direito se sustenta, qual seja, o princípio da legalidade;

CONSIDERANDO a ausência de informações consistentes sobre contratações e gastos incorridos pela Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento - EMUSA ;

DECRETA:

Art. 1º Fica instaurada Auditoria, sob competência da Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle e do Presidente da EMUSA, para, em até 180 (cento e oitenta) dias, verificar a legalidade das contratações e gastos incorridos pela Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento – EMUSA.

Parágrafo único. O resultado da Auditoria instaurada por este Decreto deverá ser encaminhado ao conhecimento do Prefeito, acompanhado das sugestões de medidas de controle necessárias.

Art. 2º Poderá ser contratada empresa de auditoria independente para realização da auditoria citada no artigo 1º.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013
Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11312/2013

Instaura auditoria para análise da legalidade das contratações e gastos incorridos pela Empresa de Limpeza de Niterói – CLIN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do principal pilar sobre o qual o Estado Democrático de Direito se sustenta, qual seja, o princípio da legalidade;

CONSIDERANDO a ausência de informações consistentes sobre contratações e gastos incorridos pela Empresa de Limpeza de Niterói - CLIN;

DECRETA:

Art. 1º Fica instaurada Auditoria, sob competência da Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle e do Presidente da CLIN, para, em até 180 (cento e oitenta) dias, verificar a legalidade das contratações e gastos incorridos pela Empresa de Limpeza de Niterói - CLIN.

Parágrafo único. O resultado da Auditoria instaurada por este Decreto deverá ser encaminhado ao conhecimento do Prefeito, acompanhado das sugestões de medidas de controle necessárias.

Art. 2º Poderá ser contratada empresa de auditoria independente para realização da auditoria citada no artigo 1º.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013
Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11313/2013

Instaura auditoria para análise da legalidade das contratações e gastos incorridos pela NITER – Niterói Terminais Rodoviários.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do principal pilar sobre o qual o Estado Democrático de Direito se sustenta, qual seja, o princípio da legalidade;

CONSIDERANDO a ausência de informações consistentes sobre contratações e gastos incorridos pela NITER – Niterói Terminais Rodoviários;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instaurada Auditoria, sob competência da Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle, para, em até 180 (cento e oitenta) dias, verificar a legalidade das contratações e gastos incorridos pela NITER – Niterói Terminais Rodoviários.

Parágrafo único. O resultado da Auditoria instaurada por este Decreto deverá ser encaminhado ao conhecimento do Prefeito, acompanhado das sugestões de medidas de controle necessárias, inclusive quanto à eventual extinção da autarquia.

Art. 2º. Poderá ser contratada empresa de auditoria independente para auxiliar a realização da auditoria citada no artigo 1º.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013
Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11314/2013

Determina o levantamento do quantitativo e da base normativa de criação dos cargos de provimento em comissão no Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do principal pilar sobre o qual o Estado Democrático de Direito se sustenta, qual seja, o princípio da legalidade;

CONSIDERANDO a ausência de informações consistentes sobre o quantitativo e a base normativa de criação dos cargos de provimento em comissão no âmbito da Administração Direta, autárquica e fundacional,

DECRETA:

Art. 1º Deverão a Secretaria de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle e a Secretaria Municipal de Administração realizar, em até 90 (noventa) dias, levantamento do quantitativo de cargos de provimento em comissão no âmbito da Administração Direta, autárquica e fundacional identificando a lei de criação, bem como, quando for o caso, os Decretos de transformação de cargo, de modo a se chegar de forma precisa e segura ao número de cargos efetivamente existentes na Administração Municipal.

Parágrafo único. O resultado do levantamento instaurado por este Decreto deverá ser encaminhado ao conhecimento do Prefeito, acompanhado das sugestões de medidas de controle necessárias, inclusive quanto à eventual numeração dos cargos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013
Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11315/2013

Determina o recadastramento de servidores efetivos do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do principal pilar sobre o qual o Estado Democrático de Direito se sustenta, qual seja, o princípio da legalidade;

CONSIDERANDO a necessidade de um maior controle por parte da Administração do quantitativo de servidores efetivos do Município e dos empregados das entidades da Administração Indireta;

CONSIDERANDO o princípio da eficiência, de observância obrigatória pelo Poder Público,

DECRETA:

Art. 1º Deverá a Secretaria Municipal de Administração realizar, em até 90 (noventa) dias, o recadastramento de todos os servidores efetivos da Administração Direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo único. Os dirigentes das entidades da Administração Indireta deverão, no mesmo prazo, realizar o recadastramento dos empregados das respectivas entidades.

Art. 2º O procedimento deverá ser precedido de ampla publicidade, devendo ser dada ciência a todos os servidores e empregados dos prazos para recadastramento.

Parágrafo Único. O não atendimento ao recadastramento dentro do prazo estabelecido implicará a suspensão do pagamento da remuneração ou salário do servidor ou empregado.

Art. 3º Os resultados dos recadastramentos aludidos no artigo 1º deverão ser encaminhados à Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle para identificação de eventuais áreas onde se faça necessária a realização de concurso público para aumentar a eficiência da prestação dos serviços públicos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013
Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11316 2013

Delega competência para abertura de licitação, ou sua dispensa e inexigibilidade, bem como para assinar termos contratuais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do principal pilar sobre o qual o Estado Democrático de Direito se sustenta, qual seja, o princípio da legalidade;

CONSIDERANDO o artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Niterói,

DECRETA:

Art. 1º São competentes para autorizar a abertura de licitação ou sua dispensa e inexigibilidade, bem como para assinar o termo contratual do seu objeto:

I - O Prefeito;

II – O Vice-Prefeito;

III - Os Secretários Municipais;

IV - O Procurador Geral do Município

V - Os titulares de autarquias e fundações, de acordo com disposições de lei ou decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013
Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11317/2013

Determina a implantação de Grupo de Trabalho para propor regulamentação de modo a dar cumprimento integral à Lei de Acesso à Informação, Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,

CONSIDERANDO a necessidade de transparência do Poder Público na prestação de contas de seus atos à sociedade;

CONSIDERANDO o princípio da publicidade, previsto no artigo 37, *caput*, da CRFB/88;

CONSIDERANDO o direito fundamental de acesso à informação previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica criado Grupo de Trabalho para propor em até 90 (noventa) dias os meios necessários à completa aplicação da Lei de Acesso à Informação, Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

§ 1º. O Grupo de Trabalho a que alude o *caput* será composto por um integrante do Gabinete do Prefeito, bem como um integrante de cada uma das seguintes Secretarias: Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle, Secretaria Municipal de Fazenda e Procuradoria Geral do Município.

§ 2º. Os titulares das Secretarias citadas no parágrafo anterior indicarão em até 10 dias da publicação do presente Decreto os representantes do respectivo órgão.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013
Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11318/2013

Determina a implantação de Grupo de Trabalho para propor os meios necessários para contratação de sistema integrado de informática e modernização dos sistemas existentes.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,

CONSIDERANDO a não existência de uma rede integrada de informática na Prefeitura que permita a otimização dos procedimentos administrativos, bem como a geração de informações gerenciais;

CONSIDERANDO o princípio da eficiência, previsto no artigo 37, caput da CRFB/88;

DECRETA:

Art. 1º. Fica criado Grupo de Trabalho para propor em até 180 (cento e oitenta) dias os meios necessários à contratação de sistema integrado de informática e modernização dos sistemas existentes.

§ **1º.** O Grupo de Trabalho a que alude o *caput* será composto por um integrante dos seguintes órgãos: Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle, Secretaria Municipal de Fazenda e Procuradoria Geral do Município.

§ **2º.** Os titulares das Secretarias citadas no parágrafo anterior indicarão em até 10 dias da publicação do presente Decreto os representantes do respectivo órgão.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013

Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11319/2013

Cria a Comissão de Programação Financeira e Gestão Fiscal – CPFGEF.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do equilíbrio dos gastos públicos;

CONSIDERANDO o princípio da eficiência, previsto no artigo 37, caput da CRFB/88;

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão de Programação Financeira e Gestão Fiscal – CPFGEF.

Art. 2º A CPFGEF é incumbida de zelar pelo atendimento das disposições previstas nas normas de execução orçamentária, bem como pelo acompanhamento dos parâmetros da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, visando à prevenção de riscos e a correção de desvios que possam afetar o equilíbrio das contas públicas do Município.

Art. 3º A referida Comissão será composta por representantes da Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle, Secretaria Municipal de Administração e da Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 4º Para atender as disposições do art. 2º, a Comissão editará ato específico regulamentando seu funcionamento.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013

Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11320/ 2013

Dispõe sobre a quitação de Restos a Pagar e de Despesas de Exercícios Anteriores no exercício de 2013.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do equilíbrio dos gastos públicos;

CONSIDERANDO o princípio da eficiência, previsto no artigo 37, caput da CRFB/88;

DECRETA:

Art. 1º Fica suspensa a quitação dos Restos a Pagar e de Despesas de Exercícios Anteriores no exercício de 2013 pelos órgãos da Administração Direta e Indireta.

Parágrafo único. Excepcionalmente poderão ser processados e quitados os Restos a pagar do exercício de 2012 em casos devidamente justificados que possam comprometer a prestação de serviços públicos essenciais à população após análise por Comissão formada por integrantes da Secretaria Municipal de Fazenda e da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013

Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11321/2013

Determina a implantação de Grupo de Trabalho para apresentação de medidas visando ao equilíbrio da econômico-financeiro e atuarial da Autarquia Gestora da Previdência Pública Municipal – NITPREV.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial da Autarquia Gestora da Previdência Pública Municipal – NITPREV;

DECRETA:

Art. 1º Fica criado Grupo de Trabalho para propor em até 90 (noventa) dias os meios necessários à manutenção do equilíbrio econômico financeiro e atuarial da Autarquia Gestora da Previdência Pública Municipal – NITPREV e à melhoria de sua gestão.

§ **1º.** O Grupo de Trabalho a que alude o *caput* será composto pelo Presidente da autarquia, bem como por um integrante de cada uma das seguintes Secretarias: Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle, Secretaria Municipal de Fazenda e Procuradoria Geral do Município.

§ **2º.** Os titulares das Secretarias citadas no parágrafo anterior indicarão em até 10 dias da publicação do presente Decreto os representantes do respectivo órgão.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013

Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11322/2013

Determina o cadastramento de bens imóveis de propriedade do Município.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do principal pilar sobre o qual o Estado Democrático de Direito se sustenta, qual seja, o princípio da legalidade;

CONSIDERANDO a necessidade de um maior controle por parte da Administração do quantitativo dos bens imóveis do Município;

CONSIDERANDO o princípio da eficiência, de observância obrigatória pelo Poder Público,

DECRETA:

Art. 1º Deverá a Secretaria Municipal de Administração realizar, em até 90 (noventa) dias, em conjunto com a Procuradoria Geral do Município, o cadastramento de todos os bens imóveis da Administração Direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo único. Os dirigentes das Entidades da Administração Indireta deverão, no mesmo prazo, realizar o recadastramento dos bens imóveis de propriedade das respectivas entidades.

Art. 2º O recadastramento deverá identificar o bem imóvel bem como informar se está sendo ocupado por órgão da Administração Direta ou entidade da Administração Indireta.

Parágrafo Único. Caso esteja o imóvel sendo ocupado por terceiros, deverá ser informado a que título se dá a posse do imóvel, juntando-se ao relatório final do recadastramento o instrumento que a legitima.

Art. 3º Os resultados dos recadastramentos aludidos no artigo 1º deverão ser encaminhados à Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle para identificação de eventual defasagem dos valores cobrados pela posse dos aludidos imóveis.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013

Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11323/2013

Revoga aumento de tarifa modal urbana e do Bilhete Único Municipal no Serviço de Transporte Público Urbano d Niterói - STPN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,

CONSIDERANDO a pressão sobre a inflação dos serviços de transporte público;

CONSIDERANDO o início de nova Administração no Município que ainda não teve acesso aos documentos que embasam o aumento de tarifa;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto n. 11288 de 21 de dezembro de 2012, mantendo-se as tarifas nos seus atuais valores.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013

Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11324/ 2013

Determina o imediato cumprimento das determinações do Tribunal de Contas do Estado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,

CONSIDERANDO a fiel observância pelo Poder Público aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, previstos no caput do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO o controle externo realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro sobre os atos do Poder Público Municipal, previsto nos artigos 70 e 71 da Constituição da República Federativa do Brasil e 124 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO a necessidade de um maior controle por parte da Administração do cumprimento das determinações daquela Egrégia Corte de Contas;

DECRETA:

Art. 1º Terão prioridade na tramitação todos os processos administrativos e expedientes que versem sobre o cumprimento de determinações e diligências exaradas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º A verificação do cumprimento, dentro do prazo, das determinações do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro ficará a cargo da Subsecretaria de Controle Interno da Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle.

Parágrafo Único. A autoridade municipal que receber expediente com determinações ou diligências da Corte de Contas deverá imediatamente dar ciência à Subsecretaria de Controle Interno da Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle para possibilitar o controle a que alude o *caput* do presente artigo.

Art. 3º Eventuais cumprimentos de determinações ou diligências pendentes na data da publicação deste decreto deverão ser informadas à Subsecretaria de Controle Interno da Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle até o dia 7 de janeiro de 2013.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013

Rodrigo Neves – Prefeito

DECRETO Nº 11325/2013

Determina a elaboração de plano de ação para minimizar os efeitos das chuvas de verão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,

CONSIDERANDO o período de maior probabilidade de ocorrências de chuvas intensas;

CONSIDERANDO que os efeitos das chuvas intensas podem ser minimizados a partir de ações coordenadas dos diversos órgãos da Administração Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de preparação prévia dos órgãos operacionais no caso de eventos extremos; e

CONSIDERANDO a grande vulnerabilidade em que se encontra a cidade para enfrentar as chuvas de verão;

DECRETA:

Art. 1º Fica incumbida a Subsecretaria de Defesa Civil da Vice Prefeitura de elaborar em 5 (cinco) dias, plano de ação para minimizar os efeitos das chuvas de verão.

§ 1º O plano deverá prever a coordenação das diversas Secretarias Municipais que possam ter atuação preventiva ou ação visando a minimizar os efeitos já produzidos pelas chuvas.

§ 2º Aprovado o plano pelo Prefeito deverá ser ele encaminhado para publicação sob a forma de Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013

Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11326/ 2013

Determina a elaboração de plano de combate à dengue.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,

CONSIDERANDO que a dengue é uma enfermidade que exige o desenvolvimento de uma política pública articulada entre os vários níveis de governo, voltada não apenas à cura, mas principalmente à prevenção;

CONSIDERANDO os índices de contaminação da doença nos últimos anos na Cidade de Niterói;

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer um esforço concentrado em torno das medidas sanitárias e de conscientização popular no combate a dengue;

DECRETA:

Art. 1º Fica incumbida a Fundação Municipal de Saúde de elaborar, em 15 (quinze) dias, um plano de combate à dengue visando buscar a prevenção ao aumento do índice de

incidência da doença na Cidade, bem como combater seus efeitos nas pessoas que contraírem a enfermidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013

Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11327/ 2013

Cria o Escritório de Gestão de Projetos de Niterói – EGP/NIT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,

CONSIDERANDO a situação financeira do Município de Niterói;

CONSIDERANDO que nos últimos 4 (quatro) anos, o Município pouco captou de recursos federais, estaduais e de organismos internacionais para realizar investimentos na Cidade;

CONSIDERANDO que tais recursos são fundamentais para alavancar o desenvolvimento da Cidade e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos niteroienses;

CONSIDERANDO que é a captação destes recursos se dará de maneira mais eficiente se concentrada em um só órgão;

CONSIDERANDO a necessidade de se bem controlar a execução dos projetos que geram a captação de recursos e a respectiva prestação de contas de forma a se manter abertas as linhas de crédito, impedindo a inscrição do Município no CAUC, Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias;

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Escritório de Gestão de Projetos de Niterói – EGP/NIT -, órgão técnico de assessoramento do Prefeito para a execução de projetos estratégicos, dentro da estrutura da Vice Prefeitura.

Art.2º São atribuições do EGP/NIT:

I – elaborar o modelo de Gestão de Projetos do Município de Niterói;

II – funcionar como facilitador de iniciativas transeitoriais;

III – identificar os entraves gerenciais que dificultam a execução dos projetos e apontar as soluções para contorná-los;

IV – realizar a captação e intermediação do Município de Niterói com as fontes financiadoras de projetos da União, do Estado do Rio de Janeiro, dos bancos públicos, dos bancos multilaterais, das organizações internacionais e da iniciativa privada;

V – a inscrição de todos os convênios com a união ou entidades federais no SICONV.

Art. 3º De modo a realizar suas atribuições, deve o EGP/NIT:

I – organizar carteira de projetos estruturantes, cumprindo determinação do Plano Estratégico da Cidade e articulando-se com as Secretarias para gerar projetos transeitoriais;

II – relacionar-se e monitorar as fontes de recurso de financiamento de modo a captar recursos para projetos estruturantes;

III – acompanhar a execução de projetos estruturantes;

IV – supervisionar a prestação de contas, certificando-se do cumprimento das exigências previstas no instrumento do financiamento.

§1º Para acompanhar a execução de projetos estruturantes, como previsto no inciso III do caput, deverá a EGP/NIT certificar-se do cumprimento das cláusulas contratuais previstas em instrumentos celebrados com as fontes financiadoras e gerar indicadores de execução e medição de desempenho.

§ 2º O EGP/NIT deverá definir e disseminar o modelo gerencial e a cultura de gestão de projetos, assessorando os executores de projeto, quando necessário.

Art.4º Não são atribuições do EGP/NIT:

I – substituir ou competir com a atribuição das Secretarias de elaborar os projetos de suas áreas de competência;

II – executar projetos.

Art. 5º O funcionamento do EGP/NIT deverá se pautar por uma atuação técnica e gerencial mediante a implementação de uma estrutura matricial de gestão de projetos, com a designação de gerentes de projetos e a produção de relatórios periódicos sobre a execução de projetos.

Art. 6º Fica determinado que todas as iniciativas de captação de recursos serão centralizadas na EGP/NIT, devendo as Secretarias apresentarem suas demandas de captação ao aludido órgão.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013

Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11328/2013

Determina a elaboração de projeto para implantação de corredores de trânsito denominados Transoceânica e Transniterói.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,

CONSIDERANDO o grande problema de mobilidade urbana na Cidade de Niterói, com engarrafamentos diários que consomem horas dos cidadãos niteroienses;

CONSIDERANDO que tais engarrafamentos produzem uma enorme quantidade de poluição com emissão de gases poluentes pelos veículos;

CONSIDERANDO que todos estes fatores contribuem para uma diminuição da qualidade de vida da população;

CONSIDERANDO a abertura de novas vias ligando os principais corredores da Cidade irá desafogar o trânsito;

DECRETA:

Art. 1º Ficam incumbidas a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura em conjunto com a Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade de elaborar projetos visando à implantação de corredores de trânsito denominados Transoceânica e Transniterói.

§ 1º A Transoceânica consistirá em via que ligará a região oceânica de Niterói à estação de catamarãs de Charitas.

§ 2º A Transniterói consistirá em via que ligará o Largo da Batalha à entrada da Ponte Rio-Niterói.

Art. 2º A elaboração dos projetos deverá atentar para os requisitos necessários à captação de recursos federais do PAC da mobilidade.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013

Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO 11329/ 2013

Determina a elaboração de projeto de revitalização do Centro de Niterói.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,

CONSIDERANDO a atual degradação das áreas do Centro da Cidade de Niterói;

CONSIDERANDO a importância da área, eis que se caracteriza como região por onde passa o maior número de pessoas por dia na Cidade;

CONSIDERANDO que apesar da vocação de moradia da região, fato é que vem ela perdendo significativo quantitativo de moradores com o decorrer dos anos em face da degradação da área urbana e consequente perda da qualidade de vida da população ali residente;

DECRETA:

Art. 1º Ficam incumbidas a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura em conjunto com a Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade e com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de elaborar projeto visando à revitalização do Centro de Niterói.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013

Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11330/ 2013

Determina a elaboração de projetos e a busca de oportunidades para inserção da Cidade de Niterói nos eventos atinentes às Olimpíadas e às Paralimpíadas do Rio de Janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,

CONSIDERANDO a realização das Olimpíadas na Cidade do Rio de Janeiro em 2016;

CONSIDERANDO que o evento traz toda uma gama de oportunidades ligadas ao desenvolvimento do esporte, ao fomento do turismo e a diversas outras áreas;

CONSIDERANDO que até o momento não se tem notícia de nenhuma iniciativa da Prefeitura de Niterói neste sentido;

DECRETA:

Art. 1º Deverão o Escritório de Gestão de Projetos de Niterói - EGP-NIT – e a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer identificarem as oportunidades e elaborar projetos que insiram a Cidade de Niterói nos eventos ligados às Olimpíadas e às Paralimpíadas da Cidade do Rio de Janeiro em 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013

Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11331/2013

Dispõe sobre a organização e funcionamento da Administração Municipal, sem aumento de despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,

CONSIDERANDO o princípio da eficiência de observância obrigatória pelo Poder Público, conforme previsto no *caput* do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO a necessidade de melhor dividir as atribuições entre os órgãos da Prefeitura Municipal de Niterói de forma a melhorar a eficiência da máquina administrativa, agrupando as atribuições das Secretarias e deixando de prover cargos em comissão;

CONSIDERANDO a competência prevista no artigo 84, inciso VI, alínea “a” da Constituição da República Federativa do Brasil, aplicável aos Municípios com fundamento no princípio da simetria;

CONSIDERANDO o artigo 66, incisos VI e XXXVI da Lei Orgânica do Município de Niterói;

DECRETA:

Art. 1º Ficam alteradas as atribuições e denominações das Secretarias Municipais do Município de Niterói, sem aumento de despesa, nos seguintes termos:

I – As atribuições da Ouvidoria passam a ser de competência da Secretaria Municipal de Governo;

II – A Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Trânsito e Transportes passa a se denominar Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos, ficando a ela afetadas as atribuições de executar os serviços de conservação da Cidade e as atribuições afetas ao trânsito e transporte, excluindo-se de sua competência as atribuições de executar obras de infraestrutura, que ficarão afetas à ora criada Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura;

III – A Secretaria Municipal da Cultura passa a se denominar Secretaria Municipal das Culturas;

IV – A Secretaria Municipal de Urbanismo passa a se denominar Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, incluindo-se em suas atribuições buscar e executar soluções para melhorar a mobilidade urbana;

V – A Secretaria Municipal de Educação passa a se denominar Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, a ela sendo acrescidas as atribuições da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia;

VI – A Secretaria Municipal de Assistência Social passa a se denominar Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, a elas sendo acrescidas as atribuições de zelar pela proteção dos direitos humanos dos cidadãos niteroienses;

VII – A Controladoria Geral passa a se denominar Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle, ficando a ela acrescidas as funções de formular políticas e diretrizes para a gestão pública, coordenar ações e projetos estratégicos de inovação e melhoria da gestão na Administração Pública Municipal, tendo como norte o princípio da eficiência, promover o planejamento do desenvolvimento sustentável, através da elaboração de planos de médio e longo prazo, além de outras funções correlatas;

VIII – O Grupo Executivo do Caminho Niemeyer passa ser vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito, mantendo-se a simbologia de SM para seu Presidente;

IX – A Secretaria Municipal de Esportes passa a se denominar Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;

X – A Secretaria Municipal de Segurança e de Controle Urbano passa a se denominar Secretaria Municipal de Ordem Pública;

XI – A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Indústria Naval passa a se denominar Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a ela sendo acrescidas as atribuições da Secretaria Municipal de Defesa do Consumidor;

X – As atribuições da Secretaria Municipal de Ações Estratégicas e da Secretaria Municipal de Defesa Civil passam a ser de competência da Vice Prefeitura;

XI – A Secretaria Municipal de Integração Comunitária passa a se denominar Secretaria Municipal de Participação Social;

XII – As atribuições da Secretaria Municipal de Abastecimento, da Secretaria Municipal de Acessibilidade e Cidadania e da Secretaria Municipal do Trabalho passam a ser de competência da Secretaria Executiva;

XIII – Fica desmembrada da Secretaria Municipal de Urbanismo a Subsecretaria Municipal de Habitação, que passará a se denominar Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, a ela ficando afetas as atribuições de construção de moradias populares e as de regularização fundiária.

Parágrafo único. A transferência de atribuições entre as Secretarias compreende a transferência dos cargos efetivos e de provimento em comissão que tinham competência para atuação afetas às atribuições transferidas, observado o artigo 3º.

Art. 2º As Secretarias Municipais que terão cargos providos, após as alterações do artigo 1º, passam a ter a denominação e as siglas constantes do ANEXO I.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013

Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11332/ 2013

DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE EMERGÊNCIA RELATIVA AO ATENDIMENTO DE URGÊNCIA AOS PACIENTES PEDIÁTRICOS NO MUNICÍPIO DE NITERÓI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições, e,
CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, conforme o art. 196 da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO a atual situação da atenção às urgências pediátricas no Município de Niterói estar concentrada na UPA 24h do Fonseca por insuficiência de recursos no Hospital Municipal Getúlio Vargas Filho;

CONSIDERANDO as constatações da equipe de transição do Município de Niterói e da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro sobre as más condições estruturais do prédio do Hospital Municipal Getúlio Vargas Filho, a insuficiência de recursos humanos para o atendimento pediátrico da urgência e cuidados intensivos e ainda a insuficiência de material médico-hospitalar e medicamentos;

CONSIDERANDO o relatório emitido pela Superintendência de Vigilância Sanitária, em visita realizada em 15/12/2012, que concluiu ser insatisfatória a situação dos setores de Emergência e UTI do Hospital Municipal Getúlio Vargas Filho, sugerindo a suspensão de atividades da UTI pediátrica, tendo em vista as não conformidades em relação às legislações sanitárias;

CONSIDERANDO que são necessárias obras estruturais para atender minimamente ao exigido pelas normativas da Vigilância Sanitária;

CONSIDERANDO por fim a necessidade de rapidamente restabelecer o cuidado à criança, garantindo a qualidade e continuidade do atendimento;

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 3º, §3º e art. 7º do Decreto Estadual nº 43.408/2012;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretada neste ato a situação de emergência no atendimento de urgência aos pacientes pediátricos no Município de Niterói.

Art. 2º O Município de Niterói poderá solicitar apoio ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da mobilização da Força Estadual de Saúde, para auxiliar no atendimento pediátrico durante o período de emergência.

Art. 3º O período de emergência será de 60 dias, contados da publicação do presente Decreto, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de Janeiro de 2013

Rodrigo Neves - Prefeito

DECRETO Nº 11333/2013

Dispõe sobre a organização e funcionamento da Administração Municipal, sem aumento de despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e,

CONSIDERANDO o princípio da eficiência de observância obrigatória pelo Poder Público, conforme previsto no *caput* do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO a necessidade de melhor dividir as atribuições entre os órgãos da Prefeitura Municipal de Niterói de forma a melhorar a eficiência da máquina administrativa, agrupando as atribuições das Secretarias e deixando de prover cargos em comissão;

CONSIDERANDO a competência prevista no artigo 84, inciso VI, alínea “a” da Constituição da República Federativa do Brasil, aplicável aos Municípios com fundamento no princípio da simetria;

CONSIDERANDO o artigo 66, incisos VI e XXXVI da Lei Orgânica do Município de Niterói;

DECRETA:

Art. 1º Ficam alteradas as atribuições e denominações das Secretarias Municipais do Município de Niterói, sem aumento de despesa, nos seguintes termos:

I – As atribuições da Ouvidoria passam a ser de competência da Secretaria Municipal de Governo;

II – A Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Trânsito e Transportes passa a se denominar Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos, ficando a ela afetadas as atribuições de executar os serviços de conservação da Cidade e as atribuições afetas ao trânsito e transporte, excluindo-se de sua competência as atribuições de executar obras de infraestrutura, que ficarão afetas à ora criada Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura;

III – A Secretaria Municipal da Cultura passa a se denominar Secretaria Municipal das Culturas;

IV – A Secretaria Municipal de Urbanismo passa a se denominar Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, incluindo-se em suas atribuições buscar e executar soluções para melhorar a mobilidade urbana;

V – A Secretaria Municipal de Educação passa a se denominar Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, a ela sendo acrescidas as atribuições da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia;

VI – A Secretaria Municipal de Assistência Social passa a se denominar Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, a elas sendo acrescidas as atribuições de zelar pela proteção dos direitos humanos dos cidadãos niteroienses;

VII – A Controladoria Geral passa a se denominar Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle, ficando a ela acrescidas as funções de formular políticas e diretrizes para a gestão pública, coordenar ações e projetos estratégicos de inovação e melhoria da gestão na Administração Pública Municipal, tendo como norte o princípio da eficiência, promover o planejamento do desenvolvimento sustentável, através da elaboração de planos de médio e longo prazo, além de outras funções correlatas;

VIII – O Grupo Executivo do Caminho Niemeyer passa se vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito, mantendo-se a simbologia de SM para seu Presidente;

IX – A Secretaria Municipal de Esportes passa a se denominar Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;

X – A Secretaria Municipal de Segurança e Controle Urbano passa a se denominar Secretaria Municipal de Ordem Pública;

XI – A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Indústria Naval passa a se denominar Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a ela sendo acrescidas as atribuições da Secretaria Municipal de Defesa do Consumidor;

X – As atribuições da Secretaria Municipal de Ações Estratégicas e da Secretaria Municipal de Defesa Civil passam a ser de competência da Vice Prefeitura;

XI – A Secretaria Municipal de Integração Comunitária passa a se denominar Secretaria Municipal de Participação Social;

XII – As atribuições da Secretaria Municipal de Abastecimento, da Secretaria Municipal de Acessibilidade e Cidadania e da Secretaria Municipal do Trabalho passam a ser de competência da Secretaria Executiva;

XIII – Fica desmembrada da Secretaria Municipal de Urbanismo a Subsecretaria Municipal de Habitação, que passará a se denominar Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, a ela ficando afetas as atribuições de construção de moradias populares e as de regularização fundiária.

Parágrafo único. A transferência de atribuições entre as Secretarias compreende a transferência dos cargos efetivos e de provimento em comissão que tinham competência para atuação afetas às atribuições transferidas, observado o artigo 3º.

Art. 2º As Secretarias Municipais que terão cargos providos, após as alterações do artigo 1º, passam a ter a denominação e as siglas constantes do ANEXO I.

Art. 3º O quantitativo máximo de cargos a ser provido é o constante do ANEXO II, devendo cada Secretaria, em 10 (dez) dias, propor eventual alteração da denominação e das atribuições das Subsecretarias e dos demais órgãos que integram a respectiva pasta e informar ao Gabinete do Prefeito os nomes dos ocupantes de eventuais cargos em comissão que deixarão de ser providos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 01 de janeiro de 2013.
Rodrigo Neves - Prefeito

ANEXO I
Secretarias Municipais e Siglas

SIGLA	Órgão
GAB	Gabinete do Prefeito
PGM	Procuradoria Geral do Município
SASDH	Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
SE	Secretaria Executiva
SECONSER	Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos
SEDEN	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
SEMPAS	Secretaria Municipal de Participação Social
SEMUG	Secretaria Municipal de Governo
SEOP	Secretaria Municipal de Ordem Pública
SEPLAG	Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle
SMA	Secretaria Municipal de Administração
SMARHS	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade
SMC	Secretaria Municipal das Culturas
SEMECT	Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia
SMEL	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
SMF	Secretaria Municipal de Fazenda
SMH	Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária
SMO	Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SMU	Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade
VP	Vice Prefeitura

ANEXO II
Quantitativos máximos de cargos a serem providos por órgão da Administração Direta

Órgão/cargo	SM	SS	DG	CC1	CC2	CC3	CC4	CC5	CC6	FG1	FG2	FG3	FG4
GAB*	3	1	0	8	0	1	1	0	0	0	0	0	0
PGM	1	1	8	9	15	11	11	7	0	7	0	0	0
SASDH	1	2	2	9	9	8	8	8	0	6	4	0	0
SE	1	5	6	25	25	15	15	0	0	8	0	0	0
SECONSER	1	3	4	12	12	12	20	9	0	0	0	0	0
SEDEN	1	3	4	4	4	4	0	0	0	0	0	0	0
SEMPAS	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0
SEMUG**	1	2	2	11	11	11	11	4	0	5	5	0	0
SEOP	1	2	2	4	4	7	14	0	0	0	0	0	0
SEPLAG	1	3	8	25	25	5	0	0	0	0	0	0	0
SMA	1	2	5	3	7	13	18	2	1	11	1	0	0
SMARHS	1	3	2	9	7	3	0	0	0	0	0	0	0
SMC	1	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SEMECT	1	3	11	13	27	31	14	0	0	3	0	0	0
SMEL	1	2	0	5	6	9	8	0	0	0	0	0	0
SMF	1	3	8	26	27	31	27	45	0	0	0	0	0
SMH	1	3	3	6	6	5	3	0	0	0	0	0	0
SMO	1	2	4	10	4	10	0	0	0	0	0	0	0
SMS	1	2	0	8	2	6	19	0	0	10	5	0	0
SMU	1	2	3	8	8	8	8	0	0	4	3	2	0
VP***	0	6	8	9	15	11	11	7	0	7	0	0	0

* Incluindo os cargos do Grupo Executivo do Caminho Niemeyer.
**Incluindo os cargos da Ouvidoria
***Incluindo os cargos do Escritório de Gestão de Projetos de Niterói – EGP/NIT.

Portarias

Considera nomeado, a contar de 01/01/2013, **MARCUS JARDIM GONÇALVES** para o cargo de Secretário Municipal de Ordem Pública, em vaga criada pelo Decreto nº 11333/2013 (Portaria nº 01/2013).

Considera nomeado, a contar de 01/01/2013, **FRANCISCO JOSÉ D'ANGELO PINTO** para o cargo de Secretário Municipal de Saúde, em vaga decorrente da exoneração de Gisela Motta de Miranda (Portaria nº 02/2013).

Considera nomeado, a contar de 01/01/2013, **MARIA CÉLIA VALLADARES VASCONCELLOS** para o cargo de Secretário Executivo, em vaga decorrente da exoneração de Hamilton Luiz Pereira Pitanga (Portaria nº03/2013).

Considera nomeado, a contar de 01/01/2013, **WALDECK CARNEIRO DA SILVA** para o cargo de Secretário Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, em vaga criada pelo Decreto nº 11333/2013 (Portaria nº 04/2013).

Considera nomeado, a contar de 01/01/2013, **MARCELO BASTOS FERREIRA** para o cargo de Secretário Municipal de Esportes e Lazer, em vaga criada pelo Decreto nº 11333/2013 (Portaria nº 05/2013).

Considera nomeado, a contar de 01/01/2013, **CARLOS RAPOSO** para o cargo de Procurador Geral do Município, em vaga decorrente da exoneração de Bruno Silva Navega (Portaria nº 06/2013).

Considera nomeado, a contar de 01/01/2013, **MARCOS SILVA LINHARES** para o cargo de Secretário Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, em vaga criada pelo Decreto nº 11333/2013 (Portaria nº 07/2013).

Considera nomeado, a contar de 01/01/2013, **FABIANO GONÇALVES** para o cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, em vaga criada pelo Decreto nº 11333/2013 (Portaria nº 08/2013).

Considera nomeado, a contar de 01/01/2013, **DANIEL MARQUES FREDERICO** para o cargo de Secretário Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade, em vaga decorrente da exoneração de Ronaldo Antonio de Menezes (Portaria nº 09/2013).

Considera nomeado, a contar de 01/01/2013, **ARTHUR OLIVEIRA DA COSTA MAIA FILHO** para o cargo de Secretário Municipal das Culturas (Portaria nº 10/2013).

Considera nomeada, a contar de 01/01/2013, **PATRICIA SOUTO AUDI** para o cargo de Secretário Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle (Portaria nº 11/2013).

Considera nomeado, a contar de 01/01/2013, **DOMICIO MASCARENHAS DE ANDRADE** para o cargo de Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, em vaga criada pelo Decreto nº 11333/2013 (Portaria nº 12/2013).

Considera nomeado, a contar de 01/01/2013, **MOACIR LINHARES SOUTINHO DA CRUZ** para o cargo de Secretário Municipal de Administração, em vaga decorrente da exoneração de Teresinha Terra Lachini (Portaria nº 13/2013).

Considera nomeado, a contar de 01/01/2013, **CESAR AUGUSTO BARBIERO** para o cargo de Secretário Municipal de Fazenda, em vaga decorrente da exoneração de Áurea Duarte Monteiro (Portaria nº 14/2013).

Considera nomeada, a contar de 01/01/2013, **DAYSE NOGUEIRA MONASSA** para o cargo de Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos, em vaga criada pelo Decreto nº 11333/2013 (Portaria nº 15/2013).

Considera nomeado, a contar de 01/01/2013, **RIVO GIANINI DE ARAÚJO** para o cargo de Secretário Municipal de Governo, em vaga decorrente da exoneração de Michel Salim Saad (Portaria nº 16/2013).

Considera nomeado, a contar de 01/01/2013, **VERENA ANDREATTA DE CARVALHO** para o cargo de Secretário Municipal de Urbanismo e Mobilidade, em vaga criada pelo Decreto nº 11333/2013 (Portaria nº 17/2013).

Considera nomeado, a contar de 01/01/2013, **ANDERSON JOSÉ RODRIGUES** para o cargo de Secretário Municipal de Participação Social, em vaga criada pelo Decreto nº 11333/2013 (Portaria nº 18/2013).

Considera nomeado, a contar de 01/01/2013, **UBIRAJARA BENTO MARQUES** para o cargo de Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, em vaga criada pelo Decreto nº 11333/2013 (Portaria nº 19/2013).

Considera nomeada, a contar de 01/01/2013, **BARBARA DA SILVA SIQUEIRA** para o cargo de Chefe do Gabinete do Prefeito, em vaga decorrente da exoneração de Ricardo Ribeiro Marcogé (Portaria nº 20/2013).

Considera nomeado, a contar de 01/01/2013, **ANDRÉ FELIPE GAGLIANO ALVES** para o cargo de Assessor Especial, símbolo SM, da Assessoria de Interesses Municipais, em vaga decorrente da exoneração de Carla da Silva Carvalho de Oliveira (Portaria nº 21/2013).

Considera nomeado, a contar de 01/01/2013, **ANDRÉ DINIZ DA SILVA** para o cargo de Presidente da Fundação de Arte de Niterói - FAN, em vaga decorrente da exoneração de Marcos Sabino Braga Ferreira (Portaria nº 22/2013).

Considera nomeado, a contar de 01/01/2013, **JOSE OSWALDO MORONE** para o cargo de Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores de Niterói - NitPrev, em vaga decorrente da exoneração de Rosaine Olivier Tostes (Portaria nº 23/2013).

Considera nomeado, a contar de 01/01/2013, **JOSÉ HENRIQUE ANTUNES** para o cargo de Presidente da Fundação Municipal de Educação, em vaga decorrente da exoneração de Luiz Fernandes Braga (Portaria nº 24/2013).

Considera nomeado, a contar de 01/01/2013, **MARCOS ANTONIO VASCONCELLOS GOMES** para o cargo de Presidente do Grupo Executivo do Caminho Niemeyer, em vaga decorrente da exoneração de Selmo David Treiger (Portaria nº 25/2013).